
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e treze, às 14h15min à Casa dos Conselhos, atendendo à convocação da presidente e do vice-presidente, foi realizada mais uma Sessão Ordinária deste Conselho, sob a presidência do então Vice-presidente, mestre Jelcy Rodrigues Corrêa Júnior, o qual explicou porque presidiria tal momento.

1

O vice-presidente leu a pauta e a ordem do dia e afirmou que o Conselho ficou prejudicado pela ausência da resposta da conselheira Fernanda quanto à designação da mesa diretora em Diário Oficial, principalmente agora que foi substituída pela conselheira Jorgina.

A conselheira Maria de Fátima de Mendonça evidenciou sua preocupação com o calendário do COMED para o ano 2014 e as dificuldades relativas ao horário.

A conselheira Rosimar pediu que fosse feita a inclusão nesta pauta da situação dos convênios na rede municipal.

Jelcy pediu que a Secretária Executiva fizesse a leitura e a chamada individual dos Conselheiros, assim feito, verificou-se que havia quórum, estando presentes: Claudia Carneiro Farias, Cláudio José Gomide, Carlos Henrique David, Mônica Vieira Freitas, Rosilene Ribeiro, Maria de Fátima de Castro, Elisabete Cunha Saldanha, Márcia Rodrigues F. Alves, Maria de Fátima de Mendonça, Rosimar Silveira Pinto, Francisco Afonso Eccard, Ricardo B. P. Tâmmela, Naara P. da S. Castro, Wesley Furtado Diniz, Leonardo Paiva Campos.

Presentes ainda, Claudete Neves Bernardo, Teresa Freitas, Jaqueline Marques, Joselene Ferreira Peres de Freitas, Daiani de Azevedo Lopes e Elizabete Reuther.

Justificaram a ausência à Reunião, Deise de Cássia Pinto, Maria Celi Vasconcelos, Janaína Alves Bernardino, Angela Maria de Alcântara, Thiago Galheigo Damaceno, Gilda Beatriz e Noelma Simões da Costa.

Em relação à última Ata, o conselheiro Wesley solicitou que Débora fizesse a correção da titularidade do cidadão Thiago França como Secretário Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica de Petrópolis.

Após anotada a correção, a Ata da Sessão Ordinária do mês de outubro foi aprovada por unanimidade.

Segundo a conselheira Rosimar, o Encontro dos Conselheiros em Salvador foi muito interessante porque havia muita gente, a exposição do trabalho de diversos Conselhos e alguns avançadíssimos. Informou estar espantada por não participar com voto, já que o Conselho de Petrópolis não participa da UNDIME e UNCME, não pagando a

anuidade. Perguntou-se qual a legitimidade então que o Conselho tem para fechar unidades?

Jelcy questionou o porquê do Conselho não participar e Débora explicou que para poder pagar a anuidade e de fato fazer parte com direito a voto, o COMED necessitaria ter orçamento próprio com investidura de tesoureiro, inscrição no CNPJ e etc., porém como já discutido no ano passado e solicitado por alguns conselheiros pessoalmente ao Presidente da Câmara de Vereadores em junho/julho do ano passado, e esse ano por três vezes em Ofícios dirigidos às Secretarias de Fazenda e de Educação e ao Gabinete do Prefeito e à Câmara, é necessário planejamento e percorrer estes trâmites que dependem de outras esferas.

Ricardo lembrou que esta discussão já estaria ultrapassada, porque agora precisaríamos das respostas, principalmente da própria Câmara que tem a atribuição desta iniciativa.

Acrescentando a lista dos presentes, às 14h28min chegaram Jorgina de Souza Francisco e Márcio Lopes de Carvalho Pregal em substituição às conselheiras Luciane Martins B. Bomtempo e Fernanda Cristina F. Vieira.

A conselheira Rosimar colocou que outros Conselhos estão muito desenvolvidos e que ficou surpresa com o trabalho realizado por Itaparica, concluindo que é preciso dinamizar o Conselho em Petrópolis, porque está muito lento nesse processo de autonomia e independência da Secretaria de Educação, faltando empenho no trabalho das Câmaras.

Afirmou também que na formação dos Conselhos, o Secretário de Educação está impedido de participar como conselheiro, porém lá em Salvador foi esclarecido que este pode ser considerado Presidente honorário, sem direito a voto.

O vice-presidente solicitou que a Secretária Executiva fizesse a reiteração dos Ofícios sem resposta.

Informando que já participou em vários outros momentos do Conselho, Maria de Fátima de Mendonça percebeu que as dificuldades e entraves são os mesmos, não havendo novidade.

O conselheiro Carlos Henrique esclareceu que foi realizado o questionamento ao Ministério Público a respeito da participação dos Secretários nos Conselhos e que o órgão deliberou que seria inconstitucional o impedimento de tal participação.

Rosimar lembrou que em Salvador foi discutido que a partir do momento que o Conselho passa a ser deliberativo e fiscalizador, o ordenador de despesa não pode estar no corpo do próprio conselho onde serão enviados assuntos que circundam inclusive a sua própria gestão enquanto Secretário de Educação.

Ainda solicitando que se constasse em Ata, Rosimar gostaria de “puxar a orelha” do Poder Público porque não enviou ninguém e não despendeu nenhum recurso financeiro para complementar a formação dos conselheiros; onde havia delegações com

quarenta e sete pessoas, que com certeza, enobrecerão as discussões e trabalho em seus municípios. Questionou ainda se é possível a filiação à UNCME e quais são os aspectos legais.

A conselheira Mônica reforçou que não havia disponibilidade financeira para tal custeio e ainda assim, não havia tempo hábil para fazer a dotação própria.

Jelcy informou que haverá por parte da presidência e vice-presidência um planejamento mais eficaz para assuntos desta natureza, consultando a Secretaria de Educação com prazos mais extensos e pediu que Débora explicasse o que sabia sobre a filiação.

Débora explicou que este ano ao iniciar o trabalho na Secretaria Executiva, juntamente com a antiga vice-presidente, professora Ednéa, verificou que há requisitos a atender para pleitear a filiação, como verba orçamentária própria – definida em Lei Municipal (que diante da pesquisa realizada em vários municípios do Brasil – tendo o de Salvador/ Bahia como paradigma, verificou que gira aproximadamente em torno de 0,5% a 1% da dotação orçamentária mensal da Secretaria de Educação), CNPJ devidamente inscrito, tesoureiro e etc. e que este assunto tem sido requisitado somente este ano, por três vezes em Ofícios remetidos à Câmara de Vereadores, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Fazenda e Secretaria de Educação, mas até o momento, não houve qualquer resposta de nenhuma dessas esferas de atuação.

Jorgina se apresentou e explicou os motivos de estar substituindo permanentemente a senhora Luciane Bomtempo.

Jelcy pediu que Débora explicasse o impasse a cerca da indicação de Conselheiros para participar da comissão do PROUNI.

A conselheira Maria de Fátima de Mendonça lembrou a todos que os e-mails devem ser respondidos formalmente ao Conselho, isto é, ao remetente, e não ao presidente e vice-presidente, para que sejam evitados estes ruídos de comunicação e possibilitar a transparência do processo, uma vez que ficou denotado que há conselheiros gozando de certos benefícios.

Jelcy reforçou a solicitação da conselheira Maria de Fátima e pediu que o conselheiro Ricardo verificasse tal situação junto à FASE. O que via telefone foi esclarecido e repassado pelo conselheiro Ricardo imediatamente. A representação do COMED é uma forma de legitimar o processo que envolve o PROUNI avaliar os pedidos dos candidatos a receberem bolsa de estudos, já que há muitas tentativas de fraude.

O vice-presidente Jelcy leu os nomes dos candidatos e perguntou se havia mais algum interessado.

O conselheiro Wesley retirou-se da disputa, permanecendo Angela, Rosimar e Maria de Fátima de Mendonça.

Jelcy consultou a Plenária se poderia excluir da votação a conselheira Angela, uma vez que esta justificou a sua ausência na presente sessão e até o momento não sabia se o afastamento era permanente ou temporário.

Com o aval dos demais conselheiros, Jelcy conduziu a votação e neste momento se apresentou a conselheira Renata.

Ricardo sugeriu que a votação fosse simples, então Débora leu os nomes dos conselheiros votantes, que resultou em quatro votos para Rosimar, nove votos para Maria de Fátima de Mendonça, nenhum voto para Angela e uma abstenção.

Justificando sua abstenção, o conselheiro Ricardo expôs que externar qualquer manifestação poderia tornar inválida sua participação na Comissão que a FASE já preside em relação ao PROUNI.

O vice-presidente Jelcy solicitou as Atas das Câmaras e pediu que os conselheiros da Câmara de Políticas Públicas lembrassem à Angela que ela repasse ao e-mail do Conselho, e não o da presidente, as Atas já com as correções solicitadas por Maria Celi e o Calendário das reuniões.

A conselheira Márcia Alves justificou o calendário e o horário combinado e informou que os trabalhos da Câmara de Educação Básica não estão acontecendo porque não está havendo quórum.

Lembrou que está temporariamente à frente da Câmara devido à licença de Deise, mas encaminhou os e-mails aos titulares pedindo ainda que nos impedimentos, estes comunicassem os seus suplentes. Além disso, informou que recebeu a solicitação do Tribunal de Contas do Estado e na falta dos conselheiros, não pode produzir o parecer solicitado pela presidente Maria Celi.

Desabafou sua preocupação pela inércia do Conselho, restando ainda o estudo e os pareceres a cerca de dois processos de autorização de funcionamento de instituições de Educação Infantil privados, os quais estão aguardando o Conselho.

As tarefas relativas aos Centros de Educação Infantil municipais, que foram submetidos à apreciação do COMED através de uma comissão, estão também difíceis de completarem, porque o grupo não tem se encontrado para redigir o parecer das três unidades já visitadas.

Jelcy perguntou se a exemplo do Estado do Rio de Janeiro, a inércia dos órgãos competentes por 180 dias, torna a autorização tácita.

Ricardo questionou quando foi dada a entrada dos processos no COMED.

Márcia respondeu que a entrada se deu na última reunião ordinária, mas já se passaram 180 dias.

Ricardo aduziu que o Conselho é soberano e portanto na ausência do trabalho das Câmaras, o que desmoraliza propriamente o trabalho do Conselho; é possível o Pleno

atuar e indagou se há hoje condição da Câmara suscinta e oralmente apresentar os processos.

Jelcy sugeriu que o assunto, a apresentação se dê na próxima reunião ordinária.

Rosimar solicitou que a próxima reunião tivesse o horário modificado porque seria o dia da reunião da Comissão do PCCS.

Maria de Fátima de Mendonça reforçou a dificuldade em participar das reuniões nos horários que são estabelecidos.

A conselheira Rosimar mais uma vez propôs trocar a próxima reunião da Câmara para o dia 21/11 às 9h.

Argumentando que neste mesmo dia aconteceria a apresentação do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, alguns membros estariam impedidos de participarem, agravando a situação do quórum, Jelcy pediu reconsideração da situação.

Assim, ficou estabelecido que dia 21/11 a CEB se reuniria para tratar dos três processos e dia 28/11 os demais assuntos.

Quanto à Câmara de Políticas Públicas, Jelcy colocou que aguardaremos até a próxima 5ª feira para saber se Angela permanecerá realizando o trabalho de coordenadora desta ou se ela se afastará oficialmente e lembrou mais uma vez que o parecer conclusivo pode existir com ou sem parecer da Câmara e em relação a outros órgãos, o COMED pode ou não acatá-los.

Débora explicou a consulta à Procuradoria e o pedido de dilação para resposta.

Jelcy explicou a notificação do TCE em 2012 com a realização de uma inspeção ordinária encaminhada diretamente para a Câmara de Educação Básica para que esta pudesse indicar as providências a serem adotadas. Inicialmente, bastaria a ciência de forma inequívoca, o relatório da Inspeção Escolar do município e o relatório do coordenador da Câmara, por isso, a confecção de cópias impressas e em DVD e posteriormente, o envio via e-mail.

Ante ao fato deste ser um processo público e aberto, se torna necessária a assinatura da lista com o termo de ciência, lembrou Jelcy.

A conselheira Mônica esclareceu que primeiramente a Secretaria de Educação foi acionada pelo Tribunal de Contas e que a presidente Maria Celi estava muito preocupada, chegando a ligar para ela, porém a Assessoria Jurídica da Secretaria de Educação, a Divisão de Controle Interno e toda a Secretaria estão mobilizados para darem as respostas e os saneamentos indicados com rapidez e eficiência e que a conselheira Maria de Fátima de Castro explicará o assunto em seguida.

Jelcy ponderou que os demais conselheiros ainda não tem conhecimento sobre o assunto e que há pouco tempo para se concluir a pauta do dia, sendo mais oportuno deixar para a próxima reunião ou até marcar uma reunião extraordinária.

Maria de Fátima de Castro revelou que o processo é repetitivo, sendo composto de nove achados (nove escolas) com os mesmos critérios de observação e a indicação singular dos planos de ação esperados. Desta forma, os grupos dentro da Secretaria – Núcleo de Alimentação Escolar, Inspeção Escolar, Gestão de Pessoas, Gerência de Obras, Manutenção e Serviços estão realizando os levantamentos e verificando as possibilidades em adotar os saneamentos sugeridos, mas há situações que já foram corrigidas e outras que demandarão longo prazo.

De forma breve, Jelcy esclareceu o voto do relator e explicou que há o indicativo que os órgãos mencionados deverão acompanhá-lo.

A conselheira Jorgina questionou os tópicos e evidenciou a necessidade de observar os prazos, principalmente a Secretaria de Educação.

A conselheira Mônica afirmou que o caso está sendo acompanhado pela Assessoria Jurídica e pela Controladoria.

Requerendo alguma manifestação a cerca do assunto na reunião de dezembro, a conselheira Rosimar encaminhou o assunto à pauta.

Márcia buscando confirmação declarou que dada à omissão da Câmara, a ciência do processo do TCE decaiu para a plenária.

O presidente da Sessão em tela informou que a Câmara teria o conhecimento prévio do assunto, mas como não foi possível, todo o pleno estará responsável.

Dando prosseguimento à pauta, foi apresentado o Calendário letivo 2014 pela Secretária de Educação, então a conselheira Maria de Fátima de Castro - Subsecretária do Ensino Fundamental fez a distribuição dos calendários reforçando que havia poucas mudanças, e a conselheira Rosilene – Subsecretária da Educação Infantil, destacou que a construção do calendário foi coletiva e através da gestão compartilhada, fruto das reuniões quinzenais com as dez diretoras eleitas promoveu um calendário discutido, comprometido e participativo.

Jelcy indagou o que seria esse grupo de gestão compartilhada.

A conselheira Rosilene explicou que o grupo foi formado para auxiliar a Secretaria na tomada de decisões, democratizando as estratégias e que o calendário já aprovado pela rede, foi objeto de decisões e sugestões, principalmente porque o ano 2014 será atípico devido à Copa do Mundo, onde os recessos de julho seriam determinados como férias entre 16/06 e 14/07 preservando os duzentos dias letivos.

Rosimar questionou se há documentação comprobatória com a assinatura dos funcionários em Ata de forma individualizada registrando essa controvérsia e se foram realizadas assembleias para discutir o assunto.

Rosilene explicou que há registro sim nas Atas das unidades à disposição da Inspeção Escolar, e a diretora de cada unidade levou à Secretaria as manifestações de sua equipe.

A conselheira Renata entendeu a preocupação com o registro da discussão e corroborou que em sua unidade o procedimento foi exatamente este, o de consulta.

Afirmando que a Equipe de Inspeção Escolar é muito competente e organizada, Rosilene lembrou que pela primeira vez foi compartilhada com a rede tal decisão, o que historicamente rompe com os paradigmas até então adotados.

Sentindo-se incomodada, a conselheira Rosimar perguntou o porquê desse clima de animosidade.

Jelcy retomando seu assento como presidente desta sessão esclareceu que qualquer encaminhamento deve ser endereçado à mesa e não ao expositor e que as perguntas e explicações só acontecerão após a conclusão de sua apresentação.

Rosilene emendou que para a Educação Infantil houve o cuidado de preservar os grupos de estudo, a redução dos sábados letivos e que o mês de janeiro, até o momento não foi fechado de forma a atender bem a sugestão da rede, onde ainda está sendo feito o levantamento da procura.

A transparência do calendário reflete e legitima o bom gestor, especialmente este ano, com a eleição de diretores, onde a Secretaria acatou antigas reivindicações dos funcionários e no dia cinco de dezembro haverá a Reunião de Diretores para a última reunião do ano, informou a conselheira Mônica, que aproveitou para convidar os conselheiros a estarem presentes.

Devido às dificuldades operacionais com o data-show, o conselheiro Ricardo acreditou que o tempo limitado prejudicaria a apresentação do plano para a Educação Infantil, o que foi acatado por unanimidade pelos demais conselheiros, inclusive pela própria conselheira Mônica.

Jelcy informou então que o debate ficaria para a reunião de dezembro.

A conselheira Rosimar lembrou que o assunto relativo aos problemas dos convênios não foram dirimidos e solicitou que a Secretaria de Educação trouxesse ao encontro de dezembro o extrato dos convênios realizados principalmente com a Mitra e pediu que o Conselho solicitasse formalmente os vigentes.

Completando a fala da conselheira Rosimar, o conselheiro Leonardo pediu que fosse incluído ao extrato, a cópia dos planos de trabalho.

Rosimar esclareceu que já procurou na Internet, porém estes dados não estavam à disposição.

Jelcy concluiu que tendo em vista os problemas técnicos, a apresentação da Secretária ficaria como primeiro assunto de pauta da reunião de dezembro.

A conselheira Mônica pediu que se registrasse em Ata que está faltando estrutura técnica à Casa dos Conselhos, por isso, sua exposição restou prejudicada.

Informando que entre os dias 29/11 e 01º/12 estaria acontecendo o 40º Congresso Nacional da UBES em Contagem – MG, o conselheiro Wesley se manifestou.

Assim, deu-se por encerrada a reunião, a qual, eu, Débora Battisti de Abreu, lavrei e assinei.

Petrópolis, 12 de novembro de 2013.

Secretaria Executiva do COMED

